

**DEPUTADO PEDRO GOMES
ALTERAÇÃO AO ESTATUTO DO SERVIÇO
REGIONAL DA SAÚDE
INTERVENÇÃO -27NOV2009**

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo Regional

Senhoras e Senhores Membros do Governo

O parlamento inicia a discussão duma proposta do Governo sobre o Serviço Regional de Saúde que transforma o processo legislativo num ajuste de contas.

O Governo Regional e a maioria socialista não hesitam em utilizar o Parlamento para calarem vozes incómodas, discordantes, ferindo de morte a nobreza e os fins da lei.

Sob a capa duma urgência – invocada, mas longe de ser provada – o Governo pretende uma aprovação rápida, talvez com o propósito de que o processo seja rapidamente esquecido.

Esta proposta de alteração ao Serviço Regional de Saúde é filha da cobardia política dum Governo que arrasta o Parlamento para uma decisão

legislativa, quando, se não apreciava as críticas do Delegado de Saúde de Ilha de S. Miguel, o poderia ter feito cessar funções através de acto administrativo.

Não se trata aqui da questão formal da legitimidade democrática da maioria socialista e do Governo que apoia, já resolvida nas urnas.

Estamos, sim, perante a dimensão substancial da democracia.

Num momento de crise económica, em que as dificuldades acentuam a dependência das pessoas e empresas das decisões do poder político e perante um Governo prisioneiro do narcisismo político e auto-contemplativo da sua proclamada "excelência governativa", a proposta de alteração ao Serviço Regional de Saúde é um ataque à liberdade de opinião.

À liberdade de opinião duma autoridade de saúde que confrontou o Governo com indecisões e decisões erradas, em matéria de saúde pública.

À liberdade de opinião dos médicos e enfermeiros que o Governo não fez questão de ouvir.

Esta proposta de alteração ao Serviço Regional de Saúde é, também, perversa, pois fragiliza a autonomia das autoridades de saúde pública. A sua função de independência e autonomia técnica é afastada, em nome duma teimosia incompreensível.

O Governo e a maioria socialista não querem técnicos de saúde pública como autoridades de saúde, pois, talvez, possam ter opiniões próprias. Prefere, como sempre, a placidez dos *boys* que irá nomear, praticando aquilo em que é exímio: utilizar os meios públicos para satisfazer as suas clientelas políticas.

Nenhum dos argumentos que sustentam esta iniciativa legislativa é sólido.

Esta proposta é, afinal, uma mentira política.

Cito, a propósito, uma longínqua frase de Leonardo da Vinci: “a mentira é como a abelha, que tem mel na boca e, atrás, veneno.”